

## Anexo I - Declaração

### **Prestação de Serviços de Coordenação e Acompanhamento dos Projetos e da Execução das Obras de Requalificação e Reestruturação da Área Histórica de Pombal– Processo 005/AJD/SA/14**

#### Declaração

1. - Reis de Figueiredo, Arquitectos da Beira Lda, com sede na rua D. José I, nº39 r/c dtº - 3080 –202 . F. Foz, com o nº de contribuinte 502 482 745, declara que esta foi inscrita na Conservatória de Coimbra com o nº de matrícula 4374 e o seu pacto social foi alterado em 24 de Setembro de 1997 com registo na conservatória Comercial da F.Foz em 17 de Fevereiro de 1998 com o nº 2107/971204, e que é obrigada pelo sócio gerente Carlos Manuel Reis de Figueiredo, com o B.I. 1930746 e N.ºC. 146440390, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de Ajuste Directo para a **Prestação de Serviços de Coordenação e Acompanhamento dos Projetos e da Execução das Obras de Requalificação e Reestruturação da Área Histórica de Pombal– Processo 005/AJD/SA/14** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado Caderno de Encargos, relativamente ao qual declara aceitar sem reservas todas as suas cláusulas.

2. – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos que junta em anexo.

a) Proposta de Preço

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e que se submete , em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4. – Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem o respectivo processo pendente;

b) Não foi condenado por sentença transitado em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional nem foi disciplinarmente punido por falta grave em matéria profissional;

c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram, objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional.

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea e) do nº 1 do art. 21 do DL 433/82 de 27 de Outubro no art. 45º da Lei 18/2003 de 11 de Junho e no nº 1 do art. 460 do Código dos Contratos Públicos.

g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do nº 1 do art. 627 do Código do Trabalho.

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de 2 anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão de obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal.

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:



- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no nº 1 do art. 2 da Acção Comum nº 98/742/JAI, do Conselho;
  - ii) Corrupção, na acepção do art. 3 do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do nº 1 do art. 3 da Acção Comum nº 98/742/JAI do Conselho.
  - iii) Fraude na acepção do art. 1 da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros da Comunidade Europeia.
  - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do art. 1 da Directiva nº 91/308/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1993, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças de procedimento.

5. – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art. 456º do Código dos Contratos Públicos a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como acessória privação do direito de participar, com o candidato ou concorrente em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artº 81 do Código dos Contratos Públicos a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d)e) e i) do nº 4 desta declaração.

7. - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra ordenação muito grave nos termos do art. 456 do Código dos Contratos Públicos a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória da privação do direito de participar como candidato, ou concorrente em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Figueira da Foz, 17-02-2014

